

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2011/2013

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MG002840/2011
DATA DE REGISTRO NO MTE: 08/07/2011
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR027428/2011
NÚMERO DO PROCESSO: 46211.004901/2011-57
DATA DO PROTOCOLO: 03/06/2011

SINDICATO DOS TECNICOS INDUSTRIAIS DE MINAS GERAIS, CNPJ n. 65.178.451/0001-69, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). NILSON DA SILVA ROCHA;

E

LLK INDUSTRIAL LTDA. - EPP, CNPJ n. 13.487.067/0001-44, neste ato representado(a) por seu Sócio, Sr(a). LUIZ HENRIQUE JORGE MACHADO; celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 1º de maio de 2011 a 30 de abril de 2013 e a data-base da categoria em 1º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **Técnicos Industriais**, com abrangência territorial em **MG**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/05/2011 a 30/04/2012

CLASSIFICAÇÃO	VALOR DO PISO
Nível Técnico	R\$ 4,70/hora
Desenhista	R\$ 4,70/hora
Secretária	R\$ 3,15/hora
Auxiliar de Atividades Técnicas e Administrativas	R\$ 3,15/hora
Mensageiro, Contínuo, Boy, Auxiliar de Escritório, Atendentes e demais empregados de nível elementar e Serviços Gerais	R\$ 2,48/hora

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL **VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/05/2011 a 30/04/2012**

Os empregados, no âmbito da representação da presente Convenção Coletiva de Trabalho e admitidos até 30.04.2012 terão, a partir de 1º de maio de 2012, os seus salários e cláusulas econômicas corrigidos pelo índice do INPC acumulado de maio de 2011 a abril de 2012, índice este que reajusta os salários no período acumulado de 1º de maio de 2011 à 30 de abril de 2012.

Parágrafo Primeiro A variação integral do índice do INPC acumulado de maio de 2011 a abril de 2012 será aplicada sobre o salário de 1º/05/2011; os empregados admitidos após 1º/05/2011, terão o reajuste proporcional ao tempo de serviço na empresa, observado o disposto no artigo 461 da CLT.

Parágrafo Segundo Não estão incluídas na base de cálculo as antecipações espontâneas legais e/ou compulsórias, inclusive aumentos concedidos além do índice pactuado na convenção coletiva, concedidos pelo empregador no período de 01/05/2011 a 30/04/2012, que poderão ser compensados por ocasião do reajuste salarial, sendo vedada a compensação de aumentos de salário resultantes de término de aprendizagem, promoção e equiparação salarial.

Pagamento de Salário □ Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

As empresas pagarão os salários dos seus trabalhadores dentro do prazo legal.

Parágrafo Primeiro Pagamentos com cheques, transferência bancária simples, TED ou DOC serão efetuados no mínimo uma hora antes do encerramento do expediente bancário.

Parágrafo Segundo Os atrasos de pagamento sujeitarão o empregador ao pagamento de correção diária pela TR ou índice que venha substituí-la, mais juros de 1% (hum por cento) ao mês, incidente sobre o valor da remuneração ou saldo da remuneração, contado o atraso a partir do primeiro dia subsequente ao estabelecido no caput desta cláusula. O índice para cálculo dos atrasos será obtido pela variação da TR da data do efetivo pagamento e a TR do quinto dia útil do mês subsequente ao vencido. Por necessidades operacionais, a TR do dia do efetivo pagamento poderá ser substituída pela TR da data do cálculo, sendo que, neste caso, a TR do quinto dia útil será substituída pela TR do dia correspondente ao obtido subtraindo-se desta data o número de dias que separam a data do cálculo da data do efetivo pagamento, não podendo esse período exceder a 6 (seis) dias corridos.

Salário produção ou tarefa

CLÁUSULA SEXTA - SALÁRIO DO SUBSTITUTO

As empresas comprometem-se a remunerar o novo empregado, com salário não inferior ao da faixa em que esteja enquadrado o cargo do substituído permanentemente.

Descontos Salariais

CLÁUSULA SÉTIMA - DESCONTO EM FOLHA

As empresas efetuarão o desconto de mensalidades e anuidades sindicais em folha de pagamento, mediante solicitação do(s) sindicato(s) com comprovação de autorização expressa do empregado sindicalizado, efetuando o depósito correspondente em conta corrente indicada pelo(s) sindicato(s), até 5 (cinco) dias após a efetivação do desconto.

Parágrafo Primeiro As empresas encaminharão aos sindicatos, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) após o depósito, o comprovante bancário e a relação nominal dos associados discriminando o valor de cada desconto.

Parágrafo Segundo No contra cheque do empregado, a empresa discriminará o motivo do desconto e o nome da entidade sindical favorecida, para qualquer desconto em favor de sindicato profissional.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA OITAVA - AUXILIO REFEIÇÃO

É garantido aos trabalhadores enquadrados no regulamento do P.A.T (Programa de Alimentação do Trabalhador), auxílio refeição, ou vale refeição, ou vale alimentação, no valor facial mínimo de R\$ 10,00 (Dez reais) cada um, a partir de 1º de maio/2011 e em quantidade equivalente ao número de dias trabalhados no mês.

Parágrafo Primeiro Aos trabalhadores que situarem na faixa salarial entre o limite superior do P.A.T, até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) terão direito ao auxílio refeição ou vale alimentação no valor facial mínimo de R\$ 10,00 (Dez reais) cada um e em quantidade equivalente ao número de dias trabalhados no mês, sendo que o desconto máximo será de 20% (vinte por cento).

Parágrafo Segundo O empregado não terá direito ao auxílio refeição ou vale alimentação nos locais onde as empresas fornecerem alimentação, em qualidade e quantidade compatíveis.

Parágrafo Terceiro Fica convencionado que o fornecimento de alimentação aos empregados seja almoço, lanches, tickets, cesta básica, cartão alimentação ou similar, não tem natureza salarial, não integrando a remuneração do empregado para qualquer efeito legal mesmo para as empresas não inscritas no PAT.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA NONA - PALNO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

As empresas se obrigam a colocar à disposição dos seus empregados, planos básicos de assistência médica e hospitalar, de reconhecida capacidade e qualidade de atendimento, que garanta o tratamento odontológico em caso de acidente, cobrindo pelo menos 20% custeio do plano de saúde do titular.

Parágrafo Único Fica convencionado que o fornecimento do Plano de Saúde nos termos do estabelecido nesta Convenção Coletiva ou ainda qualquer outro ajuste mais favorável ao empregado não tem natureza salarial, não integrando a remuneração do empregado para quaisquer efeitos legais.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA - SEGURO DE VIDA

As empresas farão em favor dos seus empregados um Seguro de Vida e Acidentes

Pessoais em grupo, observadas as seguintes coberturas mínimas:

- I - R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em caso de morte do empregado;
- II - até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em caso de invalidez permanente (total ou parcial) do empregado em decorrência de acidente de trabalho, observadas as condições gerais da apólice que trata desta cobertura;
- III - até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em caso de Doença Profissional do empregado (a) será pago até 100% (cem por cento) do Capital Básico Segurado para a Cobertura de MORTE POR QUALQUER CAUSA, observadas as condições gerais da apólice que trata desta cobertura;

Parágrafo Único Fica convencionado que o fornecimento do Seguro de Vida em Grupo não tem caráter salarial, portanto não integra a remuneração para qualquer fim, podendo ainda o empregador proceder aos descontos pelo fornecimento, em até 50% (cinquenta por cento).

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÕES CONTRATUAIS

A empresa procederá as homologações de rescisões de contratos individuais de trabalho, de vigência superior a um ano, no sindicato conveniente, respeitados o enquadramento sindical conforme o disposto Cláusula Trigésima Segunda, os prazos legais, as penalidades e as condições previstas em legislação específica.

Parágrafo Primeiro Admitir-se-á que as homologações sejam feitas no Ministério do Trabalho somente nas localidades onde não haja sede sindical ou representação sindical regional, ou nos casos excepcionais que impossibilitem sua efetivação nos sindicatos.

Parágrafo Segundo Não comparecendo o empregado ao ato da homologação na data determinada pela empresa, esta dará conhecimento ao sindicato profissional respectivo, mediante a comprovação do envio de telegrama ou qualquer outra notificação da data prevista para o ato, o que a desobrigará de qualquer penalidade.

Parágrafo Terceiro Comparecendo o empregado e havendo recusa de homologação pelo órgão competente, ficará a empresa isenta do pagamento das penalidades legais, comprovada sua presença no ato.

Parágrafo Quarto O sindicato convenientes se obrigam a fornecer certidões ou declarações expressas sobre as ocorrências acima previstas, bem como as empresas representadas pelo sindicato da categoria econômica a comunicar ao órgão de classe as irregularidades verificadas.

Relações de Trabalho Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Políticas de Manutenção do Emprego

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - NÍVEL DO EMPREGO

As empresas comprometem-se a manter sua política de pessoal, praticando rescisões somente quando esgotadas as possibilidades de aproveitamento de pessoal, exceto nos casos de causas justificadas.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

As empresas obrigam-se a efetuar recolhimento da ART prevista na Lei 6496/77 para projetos e estudos contratados, indicando o responsável

técnico por especialidade envolvido no projeto ou estudo.

Jornada de Trabalho □ Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DURAÇÃO DO TRABALHO SEMANAL

As empresas praticarão, sem redução ou acréscimo de salário, jornada semanal máxima de 44h (quarenta e quatro horas).

Parágrafo Primeiro: Serão mantidas, sem redução de salários, as jornadas de trabalho semanais menores que a estabelecida nesta cláusula, quer sejam praticadas por força de legislação específica ou norma costumeira.

Parágrafo Segundo Mediante solicitação dos empregados e concordância da empresa, poderá ser ajustado calendário anual de folgas e compensações de horas não trabalhadas nos dias úteis não trabalhados, de modo a possibilitar um melhor aproveitamento dos feriados e dias santos, festas de fim de ano e eventos excepcionais de comemorações populares.

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PRORROGAÇÃO NA JORNADA

As horas extraordinárias trabalhadas nos dias úteis serão remuneradas com adicionais de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal, e as horas trabalhadas nos domingos e feriados serão remuneradas com adicional de 100% (cem por cento).

Compensação de Jornada

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - BANCO DE HORAS

As horas extras a serem compensadas terão acompanhamento através de Banco de Horas controlado pelo Empregador.

Parágrafo Primeiro: As horas que irão compor o Banco de Horas deverão ser registradas na Folha de ponto do profissional e no formulário de Banco de Horas. O relatório de Banco de Horas deve ser assinado pelo empregado e entregue ao empregador.

Parágrafo Segundo: A utilização das horas a compensar deve ser previamente autorizada pela Coordenação ou Gerência da área e deverá ocorrer preferencialmente em até 180 (cento e oitenta dias) a contar da sua data de obtenção, ou quando do gozo de férias; o fato que ocorrer primeiro.

Recomenda-se que a utilização parcial ou total do saldo positivo do Banco de Horas se dê às vésperas ou depois de feriados, de ausência legal ou como extensão das férias. Eventuais saldos positivos de horas extraordinárias adquiridas a mais de 180 (cento e oitenta) dias serão pagos através da Folha de Pagamento do mês subsequente.

Parágrafo Terceiro: As faltas ao trabalho e atrasos de chegada ao local de trabalho não poderão ser utilizados na compensação de horas e serão descontados em folha de pagamento.

Parágrafo Quarto: A compensação de horas extras registradas em Banco de Horas será na mesma proporção, ou seja, uma hora extra compensada como uma hora de descanso, e aos domingo e feriados será na proporção de uma para duas horas, conforme previsto no Artigo 59 da C.L.T.

Parágrafo Quinto: O saldo de Banco de Horas poderá ser negativo, fato que ocorrerá quando o funcionário deixa de cumprir parte ou todo seu horário de trabalho, para compensá-lo com trabalho.

Parágrafo Sexto: Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho, tanto por iniciativa do empregado, quanto do empregador, sem que tenha havido compensação integral das horas do Banco de Horas, estas serão pagas a 50%, calculadas sobre o valor da remuneração da data de rescisão, juntamente com as verbas rescisórias a que fez jus o empregado.

Parágrafo Sétimo: As horas de deslocamento em viagem fora do horário normal de trabalho deverão ser acrescentadas no Banco de Horas.

Férias e Licenças

Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FÉRIAS INDIVIDUAIS

As empresas confirmarão aos trabalhadores, com 30 (trinta) dias de antecedência.

Parágrafo Único Fica assegurado ao empregado, inclusive ao maior de 50 anos, mediante seu expresse requerimento e concordância da empresa, parcelar as férias em 2 (dois) períodos, observado o período mínimo de 10 (dez) dias, podendo, ainda, receber a título de férias indenizadas o equivalente a 10 dias de férias e parcelar as férias restantes em 2 (dois) períodos de no mínimo de 10 (dez) dias cada.

Férias Coletivas

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FÉRIAS COLETIVAS

As empresas poderão conceder férias coletivas aos empregados observado o período mínimo de 10 (dez) dias.

Parágrafo Único As empresas comunicarão aos seus empregados, com o mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência, a concessão de férias coletivas.

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - QUADRO DE AVISOS

As empresas concordam com a divulgação sob inteira responsabilidade dos sindicatos, através de seus quadros de avisos, de informações que tratem de assuntos de interesse dos sindicatos dos empregados, desde que esses informativos sejam encaminhados formalmente para apreciação através do órgão competente da empresa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - ACESSO DE DIRIGENTES SINDICAIS

As empresas garantem o direito de visita dos dirigentes sindicais devidamente credenciados, aos locais de trabalho dos empregados integrantes da categoria profissional, no máximo uma vez por trimestre, mediante prévio entendimento entre os interessados quanto ao local, dia e hora da visita.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO DE FORTALECIMENTO SINDICAL

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/05/2012 a 30/04/2013

As empresas farão descontar como meras intermediárias, na folha de pagamento de salários correspondentes ao mês subsequente a assinatura desta Convenção, a Contribuição estabelecida pela Assembléia Geral Unificada, nos termos do inciso IV do artigo 8º da Constituição Federal, de 2% (dois por cento) do salário de cada empregado, efetivando o recolhimento da importância ao sindicato respectivo até 10 (dez) dias após a efetivação do desconto, mediante depósito em conta-corrente infra-indicada, encaminhando no mesmo prazo a listagem dos empregados representados por cada sindicato e respectivos valores descontados, juntamente com comprovante de depósito bancário às contas:

Sindicato dos Técnicos Industriais de Minas Gerais - Conta n.º 2709-8 □
Caixa Econômica Federal - Ag. 0935.

Parágrafo Primeiro Esta cláusula vigorará a partir do Acordo Coletivo firmado no período de maio de 2012 em diante.

Parágrafo Segundo Fica ressalvado aos empregados que não concordarem com o desconto da referida contribuição o direito de manifestarem sua discordância, manuscrita, com letra legível contendo todos os dados pessoais e profissionais, facilitando assim a identificação e transmissão dos dados para empresa, junto ao seu sindicato de classe e à sua empresa, num prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data da homologação desta Convenção no Ministério do Trabalho e Emprego. Os empregados de empresas estabelecidas no interior poderão enviar sua correspondência via correio, desde que o carimbo do correio, no envelope, esteja dentro do prazo estabelecido. O Sindicato de classe, por sua vez, fica obrigado a comunicar a empresa a confirmação ou não do desconto, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data da homologação desta Convenção.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Fica convencionado que a Contribuição Sindical prevista na CLT, art. 578 seguintes, corresponde a 1 (um) dia de salário do empregado.

Parágrafo Primeiro Os empregados que optarem por efetuar o recolhimento sindical diretamente aos seus sindicatos profissionais deverão observar os valores da contribuição estipulado na presente Convenção Coletiva.

Parágrafo Segundo - As empresas no âmbito da representação da presente Convenção, não acatarão guia quitada de Contribuição Sindical, em valor inferior ao estipulado pelos sindicatos profissionais nesta cláusula, e, se for o caso, deverão orientar o empregado a procurar o sindicato respectivo para providenciar a complementação do recolhimento da contribuição sindical.

Ficam convencionados os seguintes valores:

Sindicato	dos	Técnicos	Industriais	de	Minas
Gerais.....		R\$65,00			

Disposições Gerais

Outras Disposições

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CONDIÇÕES MAIS BENÉFICAS

São asseguradas aos empregados as condições mais benéficas já praticadas nas empresas seja por habitualidade ou concedidos espontaneamente pelas mesmas.

NILSON DA SILVA ROCHA
Presidente
SINDICATO DOS TECNICOS INDUSTRIAIS DE MINAS GERAIS

LUIZ HENRIQUE JORGE MACHADO
Sócio
LLK INDUSTRIAL LTDA. - EPP

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br> .